



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do objeto

Aquisição de geladeiras, televisores 85", 65" e 43", bem como molduras touch screen, suportes de TV e telefones para repor o estoque do TRESC e substituir equipamentos danificados.

2. Fundamentação da Contratação

A necessidade dessa contratação é justificada pela necessidade de modernização e renovação dos eletrodomésticos do TRE-SC e, ainda, de manutenção de estoque para pronta reposição de equipamentos danificados nas edificações da Sede e nos Cartórios Eleitorais.

Nessa contratação, o objetivo é adquirir geladeiras, televisores, molduras *touch screen*, suportes e aparelhos telefônicos.

A aquisição de TVs e molduras *touch screen* é necessária para modernização dos aparelhos instalados em alguns locais estratégicos da Sede Tribunal, tais como: 1 - salas de Sessões e do Conselho no pavimento térreo do prédio Sede, 2 - futura sala de reuniões no 10º andar do prédio Sede, 3 - instalações do coworking no 9º andar do prédio Sede e outros; além da necessidade de reposição de aparelhos danificados nas unidades do Tribunal.

O aparelho televisor de 85" será utilizado na sala de reuniões do 10º andar, para as reuniões da Direção-Geral e Presidência, considerada a reforma que será realizada no referido pavimento.

Os aparelhos televisores de 65" e 43" que serão adquiridos destinam-se a em setores importantes deste Tribunal para a utilização em vídeos chamadas, treinamentos, reuniões remotas, debates on-line, acompanhamento dos portais de notícias, videoconferência e outras demandas relativas à Justiça Eleitoral.

Os aparelhos tipo totem deverão ser instalados no hall de entrada dos prédios Sede, Anexo I, eventos do TRE-SC e outros locais definidos pela Administração do Tribunal para transmissão de informações da Justiça Eleitoral aos juízes, servidores e jurisdicionados.

Os suportes tipo pedestal serão utilizados em algumas TVs para facilitar a movimentação em reuniões, palestras, conferências e eventos realizados pela Justiça Eleitoral.

As molduras touch screen permitem tornar as telas de TV sensíveis ao toque, o que torna apresentações e reuniões muito mais práticas e didáticas, permitindo uma navegação ágil e instruções muito mais elaboradas, com marcações, indicações e ampliações rápidas e diretamente na tela. Deverão ser utilizadas nas TVs de 65" e 43" em locais estratégicos, como salas de reuniões, treinamentos, gabinetes de Coordenadorias e Secretarias, entre outros.

As geladeiras serão adquiridas para manutenção de estoque mínimo para atendimento imediato em caso de quebras, bem como para setores que já manifestaram a necessidade do equipamento para as copas. Os materiais para as regiões litorâneas precisam de cuidados especiais devido à maresia. O revestimento em aço Inox se mostrou a melhor solução para as geladeiras. O aço inox é uma liga de aço comum, com adição de



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

uma camada formada por diferentes quantidades de cromo. A disposição de uma fina camada impermeável e insolúvel é responsável pela natureza anticorrosiva.

No tocante aos aparelhos telefônicos, há setores do Tribunal que necessitam de aparelhos sem fio, devido à dinâmicas do local, como portaria, sala de Sessões, guarita de vigilantes, entre outros. Como a tecnologia atualmente instalada é tipo Voip, os aparelhos a serem utilizados devem possuir essa tecnologia.

3. Descrição da solução

Aquisição de geladeiras, televisores de 85", 65" e 43", bem como molduras touch screen, suportes de TV e telefones, com as seguintes especificações:

Item 1: Geladeira

- ✓ Frost free
- ✓ Cor inox
- ✓ Duplex
- ✓ Prateleiras reguláveis
- ✓ Capacidade total mínima de 310 litros
- ✓ Pés niveladores
- ✓ Rodízios
- ✓ Alimentação 220 (duzentos e vinte) volts
- ✓ Índice de classificação energética mínima "A", segundo o Programa Brasileiro de Etiquetagem do PROCEL / INMETRO.
- ✓ Garantia mínima de 1 ano do fabricante

Item 2: Televisor 85"

- ✓ Tipo de TV: Smart TV
- ✓ Tecnologia da Tela: Neo QLED ou superior
- ✓ Polegadas: 85";
- ✓ Resolução: 4K
- ✓ Multitela: Sim, no mínimo 2 conteúdos
- ✓ Taxa de Atualização mínima: 120Hz
- ✓ Potência do Áudio (RMS): 60W
- ✓ Canais de áudio: 2 canais, no mínimo
- ✓ Quantidade mínima de entradas USB: 2
- ✓ Quantidade mínima de entradas HDMI: 4
- ✓ Wi-Fi: Wi-Fi integrado
- ✓ Bluetooth: Sim
- ✓ Processador: com inteligência artificial e redes neurais para resolução
- ✓ Timer Shift: Sim
- ✓ Desligamento automático: Sim
- ✓ Tensão: Bivolt 110/220
- ✓ Garantia mínima de 1 ano do fabricante

Item 3: Televisor 65"

- ✓ Tipo de TV: Smart TV
- ✓ Tecnologia da Tela: QLED ou superior
- ✓ Polegadas: 65";
- ✓ Resolução: 4K
- ✓ Multitela: Sim, no mínimo 2 conteúdos
- ✓ Taxa de Atualização mínima: 60Hz
- ✓ Taxa de atualização com Tecnologia mínima: 60Hz
- ✓ Potência do Áudio (RMS): 20Wrms



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- ✓ Canais de áudio: 2 canais, no mínimo
- ✓ Quantidade mínima de entradas USB: 2
- ✓ Quantidade mínima de entradas HDMI: 3
- ✓ Wi-Fi: Wi-Fi integrado
- ✓ Bluetooth: Sim
- ✓ Conversor Digital Integrado: Sim
- ✓ Timer Shift: Sim
- ✓ Desligamento automático: Sim
- ✓ Tensão: Bivolt 110/220
- ✓ Eficiência energética: A
- ✓ Garantia mínima de 1 ano do fabricante

Item 4: Televisor 43"

- ✓ Tipo de TV: Smart TV
- ✓ Tecnologia da Tela: QLED ou superior
- ✓ Polegadas: 43";
- ✓ Resolução: 4K
- ✓ Multitela: Sim, no mínimo 2 conteúdos
- ✓ Taxa de atualização com Tecnologia mínima: 144Hz
- ✓ Potência do Áudio (RMS): 20W
- ✓ Canais de áudio: 2 canais, no mínimo
- ✓ Quantidade mínima de entradas USB: 2
- ✓ Quantidade mínima de entradas HDMI: 4
- ✓ Wi-Fi: Wi-Fi integrado
- ✓ Bluetooth: Sim
- ✓ Timer Shift: Sim
- ✓ Desligamento automático: Sim
- ✓ Tensão: Bivolt 110/220
- ✓ Eficiência energética: A
- ✓ Garantia mínima de 1 ano do fabricante

Item 5: Televisor 43" Totem

- ✓ Tipo de TV: Smart TV tipo totem
- ✓ Tecnologia da Tela: QLED ou superior
- ✓ Polegadas: 43";
- ✓ Resolução: 4K
- ✓ Com capacidade de girar a tela para apresentar o conteúdo na vertical ou horizontal
- ✓ Com espelhamento do celular na tela
- ✓ Multitela: Sim, no mínimo 2 conteúdos
- ✓ Frequência do painel: 60Hz
- ✓ Potência do Áudio (RMS): 60W
- ✓ Canais de áudio: 2 canais, no mínimo
- ✓ Quantidade mínima de entradas USB: 2
- ✓ Quantidade mínima de entradas HDMI: 4
- ✓ Wi-Fi: Wi-Fi integrado
- ✓ Bluetooth: Sim
- ✓ Timer Shift: Sim
- ✓ Desligamento automático: Sim
- ✓ Tensão: Bivolt 110/220
- ✓ Eficiência energética: A
- ✓ Garantia mínima de 1 ano do fabricante

Item 6: Moldura Touch Screen 43"



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- ✓ Dimensões em Polegadas: 43"
- ✓ Moldura Interativa com vidro embutido
- ✓ No mínimo 20 toques simultâneos
- ✓ Polegadas Multitouch 16:9 Tela
- ✓ Acabamento preto
- ✓ Cabo USB/JST removível
- ✓ Software de utilização
- ✓ Compatível com sistema Windows
- ✓ Travas de fixação
- ✓ Manual de utilização/instalação
- ✓ Garantia mínima de 1 ano do fabricante

Item 7: Moldura Touch Screen 65"

- ✓ Dimensões em Polegadas: 65"
- ✓ Moldura Interativa com vidro embutido
- ✓ No mínimo 20 toques simultâneos
- ✓ Polegadas Multitouch 16:9 Tela
- ✓ Acabamento preto
- ✓ Cabo USB/JST removível
- ✓ Software de utilização
- ✓ Compatível com sistema Windows
- ✓ Travas de fixação
- ✓ Manual de utilização/instalação
- ✓ Garantia mínima de 1 ano do fabricante

Item 8: Suporte para TV Tipo Pedestal

- ✓ Para TVs de 32 a 75 polegadas
- ✓ Bandeja de apoio para notebook
- ✓ Bandeja superior para câmera/equipamento de vídeo
- ✓ Ajuste da altura da TV
- ✓ Ajuste da bandeja superior
- ✓ Ajuste da bandeja de notebook
- ✓ Passagem interna para fiação
- ✓ Rodízios para movimentação com travas
- ✓ Confeccionado em aço carbono
- ✓ Com parafusos de fixação da TV

Item 9: Telefone IP Portátil Sem fio

- ✓ Até 16 teclas DSS programáveis
- ✓ Bluetooth 5.0 integrado
- ✓ Suporte para fone de ouvido sem fio
- ✓ Bateria de até 9 horas de conversação
- ✓ Bateria de 1900mAh
- ✓ Wi-fi integrado 2,4 GHz e 5 GHz
- ✓ Tela colorida de no mínimo 2"
- ✓ Suporta criptografia WPA / WPA2-PSK
- ✓ Garantia mínima de 1 ano do fabricante

3.1. Estudo Técnico Preliminar

Documento juntado ao Pae n. 12.072/2024.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Item 1

Geladeira/Refrigerador Eletrolux, frost free, Modelo TF39S.

Item 2

Smart TV QLED 85" Samsung 4K Neo Qled, Modelo QN85QN85CAGXZD

Item 3

Smart TV QLED 65" Samsung 4K Quantum HDR, Modelo QN65Q65CAGXZD

Item 4

Smart TV QLED 43" Samsung 4K Neo Qled, Modelo QN43QN90CAGXZD

Item 5

Smart TV QLED 43" Samsung 4K The Sero, Modelo QN43LS05BAGXZD

Item 6: Moldura Touch Screen 43"

Moldura Touch Screen 43", Marca UnionBord

Item 7: Moldura Touch Screen 65"

Moldura Touch Screen 65", Marca UnionBord

Item 8

Suporte Marca North Bayou, Modelo AVA1600-60-1P

Item 9

Telefone IP Portátil: marca Fanvil, Modelo W610W

As marcas de referência, códigos e modelos citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detenham as especificações daquele).

3.3. Códigos SIASG



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Item 1 – 478514

Item 2 – 460902

Item 3 – 601704

Item 4 – 601705

Item 5 – 601705

Item 6 – 603082

Item 7 – 393261

Item 8 – 296149

Item 9 – 615063

4. Requisitos da contratação

Entende-se como requisitos funcionais a observância do prazo e do local da entrega, a disponibilidade e o fornecimento dos produtos em perfeito estado e nas condições estipuladas pelo Contratante. Os produtos deverão ser fabricados conforme as normas técnicas vigentes, bem como, possuir garantia e assistência técnica.

Imperioso destacar, que o conjunto de características apontadas nas descrições dos produtos esteve alinhado, durante todo o processo de ETP e TR, com fatores como:

- i) Durabilidade,
- ii) eficiência e,
- iii) manutenção.

I. Os materiais para as regiões litorâneas precisam de cuidados especiais devido a maresia. O revestimento em Aço Inox se mostrou a melhor solução para as geladeiras. O aço inox é uma liga de aço comum, com adição de uma camada formada por diferentes quantidades de cromo. A disposição de uma fina camada impermeável e insolúvel é responsável pela natureza anticorrosiva.

II. Eficiência significa fazer mais (ou, pelo menos, a mesma coisa) com menos, mantendo o conforto e a qualidade. Nesta ótica, destacamos alguns subitens, quais sejam:

- a) eficiência produtiva: equipamentos corretos e bem dimensionados produzir mais com menos,
- b) eficiência econômica: As etiquetas para a maioria dos eletrodomésticos vão de A a E, sendo que A indica a categoria de maior eficiência energética, resultando em um menor consumo de energia,
- c) eficiência alocativa no aspecto micro: o uso dos recursos, que pode ser entendido como a eficiência produtiva do órgão, que pode ser melhorada através da inovação e do progresso dentro das instituições e,
- d) eficiência técnica: emprego de equipamentos corretos que levam ao melhor resultado, diminuindo contratações de envolvam mais mão-de-obra para o processo de resultado.

III. A correta escolha do equipamento e correta instalação/alocação tende a diminuir as manutenções do produto. Atualmente, uma gama de eletrodomésticos conceitualmente projetados para atingir o máximo de eficiência e durabilidade, circulam entre as diversas opções das vendas em varejo. Os produtos com tecnologia embarcada e designe estudado, ganham espaço dia a dia, e caem no gosto da melhor escolha, considerando o custo e benefício do produto.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5. Modelo de execução do objeto

A entrega deverá ser agendada com a Seção de Administração de Móveis e Equipamentos do TRESC, por meio do telefone (48) 3251 3865 ou (48) 996219601, no horário das 13 às 18 horas, ou por e-mail para o endereço eletrônico ci-seame@tre-sc.jus.br

5.1. Prazos

Os produtos deverão ser entregues em, no máximo, 30 (trinta) dias, contados do recebimento, pela Contratada, da Nota de Empenho.

Após recebidos, os produtos serão conferidos pelo setor competente e, se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituir os produtos apontados em até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento, pela Contratada, da notificação emitida pelo TRESC.

5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

As geladeiras deverão ser entregues no Depósito de Móveis e Equipamentos do TRESC, localizado na Servidão Antônio José Guarezi, 130 (saída 210 da BR 101), Jardim Eldorado, Palhoça/SC – CEP 88133535.

Os demais itens deverão ser entregues na Seção de Administração de Móveis e Equipamentos do TRESC, Anexo I, localizado na Rua Esteves Júnior, 80, Centro, Florianópolis/SC - CEP 88015-130.

5.3. Recebimento provisório e definitivo

- a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;
- b) o recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada, hipótese em que o prazo terá seu início contado a partir do saneamento de todas as pendências.

5.4. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.

5.5. Garantia do objeto

A contratada deverá fornecer produtos com garantia do fabricante de, no mínimo, 12 (doze) meses.

5.6. Vigência da contratação

O contrato terá vigência a partir da emissão da Nota de Empenho até o recebimento definitivo pelo setor responsável do TRESC.

5.7. Obrigações da Contratante

- a) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Edital; e

b) promover, por meio da Equipe Gestora indicada no subitem 6.2, a gestão da contratação, em conformidade com a Lei n. 14.133/2021.

5.8. Obrigações da Contratada

5.8.1. Executar o objeto proposto nas condições estipuladas neste Termo de Referência e em sua proposta.

5.8.2. Entregar os produtos em, no máximo, 30 (trinta) dias, contados do recebimento, pela Contratada, da Nota de Empenho;

5.8.2.1. A entrega deverá ser agendada com a Seção de Administração de Equipamentos e Móveis do TRESC, por meio dos telefones (48) 99621-9601 ou (48) 3251 3865, no horário das 13 às 18 horas, ou por *e-mail* para o endereço eletrônico ci-seame@tre-sc.jus.br;

5.8.2.2. Entregar as geladeiras no Depósito de Móveis e Equipamentos do TRESC, localizado na Servidão Antônio José Guarezi, 130 (saída 210 da BR 101), Jardim Eldorado, Palhoça/SC – CEP 88133535 e, os demais itens na Seção de Administração de Móveis e Equipamentos do TRESC, Anexo I, localizado na Rua Esteves Júnior, 80, Centro, Florianópolis/SC - CEP 88015-130;

5.8.3. Após recebidos, os produtos serão conferidos pelo setor competente e, se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituir os produtos apontados em até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento, pela Contratada, da notificação emitida pelo TRESC;

5.8.3.1. Estando em mora a Contratada, os prazos para substituição de que trata o subitem 5.8.3 não interromperá a multa por atraso prevista no Item 13 deste Termo de Referência;

5.8.3.2. Em caso de substituição de produtos, correrão à conta da Contratada as despesas decorrentes da devolução e nova entrega;

5.8.4. Fornecer produtos com garantia do fabricante de, no mínimo, 12 (doze) meses;

5.8.5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRESC; e

5.8.6. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação.

5.9. Transferência de conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

5.10. Direitos autorais

Não se aplica a esta contratação.

5.11. Qualificação técnica ou formação dos profissionais envolvidos na execução

Não se aplica a esta contratação.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. Gestor de contrato



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

6.1.1. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;
- b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
- f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico e administrativo;
- h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;
- i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e
- j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;
- b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- d) informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- e) comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
- f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

g) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo;

i) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

b) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico;

f) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.2. Gestão e fiscalização

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Seção de Administração de Móveis e Equipamentos
Fiscal técnico	Seção de Administração de Móveis e Equipamentos
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária

6.3. Instrumentos Formais

A contratação será formalizada por meio de nota de empenho.

6.4. Acompanhamento do Contrato



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O gestor manterá controle gerencial acerca da prestação do fornecimento, a fim de subsidiar a estimativa para as futuras contratações.

6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a esta contratação.

7. Critérios de medição e de pagamento

Não se aplica a esta contratação.

8. Reajuste ou repactuação

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

9.1. Parcelamento e adjudicação

Não cabe parcelamento da contratação, considerando a necessidade de reposição imediata do estoque. A adjudicação será por item.

9.2. Seleção do fornecedor

O fornecedor será selecionado conforme a existência de regularidade da empresa, bem como a disponibilidade e o interesse em fornecer o produto, nas condições estipuladas pelo contratante.

O Tribunal utilizará critérios com o objetivo de adquirir a proposta mais vantajosa, respeitando o princípio da isonomia entre os licitantes.

9.2.1. Critérios de habilitação

- Não há requisitos específicos de qualificação técnica.

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

- Quando se tratar de pessoa física, nos casos em que for permitida a participação, certidão negativa de insolvência civil, nos termos da IN SEGES/ME n. 116/2021.
- Não há requisitos específicos de qualificação econômico-financeira para pessoa jurídica.

9.2.2. Critérios de preferência e de desempate



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

9.2.3.Modalidade de licitação e critério de julgamento

O objeto pretendido é bem comum, oferecido por diversos fornecedores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão” e do critério de julgamento “Menor Preço”.

10. Estimativas de quantidades e valor da contratação

Id.	Bem / Serviço	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
1	GELADEIRA	5 unidades	5 unidades
2	TELEVISOR 85”	1 unidade	1 unidade
3	TELEVISOR 65”	6 unidades	6 unidades
4	TELEVISOR 43”	8 unidades	8 unidades
5	TELEVISOR 43” TOTEM	2 unidades	2 unidades
6	MOLDURA TOUCH SCREEN 43”	10 unidades	10 unidades
7	MOLDURA TOUCH SCREEN 65”	6 unidades	6 unidades
8	SUPORTE PARA TV	5 unidades	5 unidades
9	TELEFONE IP PORTÁTIL	10 unidades	10 unidades

Item	Descrição	Quantidade	Médio do valor unitário	Custo estimado total
1	GELADEIRA	5	R\$ 2.940,85	R\$ 14.704,25

Item	Descrição	Quantidade	Médio do valor unitário	Custo estimado total
2	TELEVISOR 85”	1	R\$ 14.145,33	R\$ 14.145,33

Item	Descrição	Quantidade	Médio do valor unitário	Custo estimado total
3	TELEVISOR 65”	6	R\$ 3.401,23	R\$ 20.407,38

Item	Descrição	Quantidade	Médio do valor unitário	Custo estimado total
4	TELEVISOR 43”	8	R\$ 3.111,60	R\$ 24.892,80

Item	Descrição	Quantidade	Médio do valor unitário	Custo estimado total
------	-----------	------------	-------------------------	----------------------



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5	TELEVISOR 43" TOTEM	2	R\$ 8.775,39	R\$ 17.550,78
---	------------------------	---	--------------	---------------

Item	Descrição	Quantidade	Médio do valor unitário	Custo estimado total
6	MOLDURA 43"	10	R\$ 2.399,34	R\$ 23.993,40

Item	Descrição	Quantidade	Médio do valor unitário	Custo estimado total
7	MOLDURA 65"	6	R\$ 3.349,00	R\$ 20.094,00

Item	Descrição	Quantidade	Médio do valor unitário	Custo estimado total
8	SUPORTE TV	5	R\$ 841,67	R\$ 4.208,35

Item	Descrição	Quantidade	Médio do valor unitário	Custo estimado total
9	TELEFONE IP	10	R\$ 773,61	R\$ 7.736,10

O orçamento total estimado para a presente contratação é no valor de R\$ 147.732,39 (preço médio do item 4). Relativamente ao preço médio da moldura touch screen de 65", utilizou-se apenas a média das soluções disponíveis no mercado, por estar mais de acordo. No plano de aquisições de 2024, item 5, o valor previsto é de R\$ 215.000,00.

11. Alinhamento da contratação

11.1. Plano de Contratações Anual

Anexo I

Item 5- Eletroeletrônicos

11.2. Plano de Logística Sustentável

A aquisição das geladeiras e televisores está alinhada à promoção de sustentabilidade ambiental, que é uma das iniciativas estratégicas definidas pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRESC) para o ciclo estratégico 2021 a 2026 e ao objetivo estratégico de "promoção da sustentabilidade", uma vez que promove a aquisição de materiais e equipamentos elétricos com melhores classificações de eficiência energética, substituindo equipamentos danificados por outros mais modernos e eficientes.

11.3. Outros instrumentos

- ✓ Não se aplica a esta contratação.

12. Adequação orçamentária



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Item	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
5- Eletroeletrônicos (Anexo I)	02.122.0033.20GP.004 2 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de SC	4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente	R\$ 143.524,04
Total			R\$ 143.524,04

13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea “a” do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

a) o atraso injustificado na execução do objeto deste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescidos de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;

b) a inexecução parcial do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado

c) a inexecução total do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;

b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;

c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;

d) descontada do valor da garantia prestada; ou

e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "b" a "g", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;

c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo 1 (um) mês;

d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;

e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "h" a "l", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

- a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;
- b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou
- d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

- a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;
- b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou
- c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.